



## CÂMARA MUNICIPAL DO SABUGAL

### CERTIDÃO

----- **Isabel Gonçalves**, Técnica Superior, em regime de mobilidade intercarreiras, da Câmara Municipal do Sabugal, **certifica** que: -----

**Da ata da reunião de Câmara extraordinária de 20 de abril de 2016, consta a deliberação com o seguinte teor:** -----

“Relativamente a este ponto, o Senhor **Presidente da Câmara** fez uma breve apresentação dos principais números da situação financeira, dizendo que, no âmbito da execução do Orçamento, a arrecadação das receitas correntes que se fez, como tem sido nos últimos anos, foi de 100 % ou 90 e tal por cento e que já assim não o era relativamente às receitas de capital. Referiu que, na parte das Receitas de Capital, seria possível aperfeiçoar a sua performance por um lado com o recebimento dos 5 % dos projetos que estão por encerrar, que equivalem mais ou menos a 600 mil euros, e por outro, pelo financiamento comunitário. O atraso do arranque do novo Quadro Comunitário com o atraso no recebimento de capital do encerramento das obras, levaram a que a execução orçamental fosse reduzida. -----

De seguida, no que diz respeito à despesa, referiu ter havido um aumento de equipamentos para gerir, daí o acréscimo na despesa com o fornecimento de eletricidade e gás, sendo um exemplo disso as piscinas, e, em termos de Recursos Humanos, um aumento dos custos com o pessoal que se deveu a encargos com o pessoal da empresa municipal Sabugal +, em processo de dissolução. Relativamente aos Trabalhos Especializados deu alguns exemplos tais como o Programa de Empreendedorismo Estratégico e Desenvolvimento Regional pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, as empresas que fizeram sinalizações verticais e o contrato com o FAM – Fundo de Apoio Municipal. -----

Em termos de dívidas a fornecedores, referiu aparecer um valor significativo que tinha a ver com operações de tesouraria de obrigações legais, tais como as retenções de 5 % e as cauções, que não são verdadeiramente dívidas da Câmara. -----

Continuou dizendo que se abateu na dívida quase 1 milhão de euros e que a margem de endividamento chega quase aos 12 milhões. -----

Concluindo, disse estar ao dispor para responder a questões que os Sr.<sup>os</sup> Vereadores pretendessem colocar, tendo o Sr.<sup>o</sup> **Vereador António Vaz** começado por dizer que os documentos apresentados são o resultado da execução do Orçamento ao longo do ano, não havendo muito para fazer à presente data para alterar o que já faz do passado. O ótimo seria executar o orçamento a 100 %. Não o sendo, estavam a apreciar documentos que são o resultado contabilístico do Orçamento anteriormente aprovado. -----

Colocando várias questões sobre o aumento de Outros Devedores, que aumentaram cerca de 1.200.000 €, dos Empréstimos a curto prazo e ainda sobre dívidas de Instituições de Crédito. Referiu ainda que as provisões para riscos e encargos e os empréstimos a médio e longo prazos, somados, atingem um montante que ronda os 11.000.000 €. Este montante pode ser problemático, e colocar em risco os equilíbrios orçamentais, se as provisões para riscos e encargos se transformarem efetivamente em despesa e por consequência dívida orçamental. -----

O Sr.<sup>o</sup> **Presidente da Câmara** solicitou a presença do Técnico Superior Alexandre Ribeiro para esclarecer melhor as questões mais técnicas. Enquanto se aguardava pela sua presença, o Sr.<sup>o</sup> Vereador **António Vaz** alertou para a necessidade de manter no futuro o cumprimento dos equilíbrios financeiros e orçamentais. -----

Pedi a palavra a Sr.<sup>a</sup> **Vereadora Felismina Rito** para fazer as seguintes perguntas ao Sr.<sup>o</sup> Presidente da Câmara: -----

1) *“O grau de execução das receitas de capital foi 37,96% devidamente justificada em termos financeiros no relatório de prestação de contas. A receita orçada tinha sido 3.445.662,00 e apenas houve uma execução de 1.307.920,64 €. -----*

*Esta enorme diferença de 2.137.741,36€ na receita de capital, que implicações teve na prática? -----*

2) *Nas despesas correntes, fiz a evolução de aquisição de bens e serviços neste mandato e os gastos desta rubrica têm estado sempre a crescer. -----*

*Quando foram elaborados os documentos previsionais escreveu-se que um dos objetivos seria a contenção de despesa. Também atendendo ao período que vivemos de crise financeira e sendo esta a rubrica com maior peso na despesa corrente, o que pensam fazer para que na próxima revisão se cumpra o objetivo de redução? -----*

3) *O limite da dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54º inscrito no relatório de prestação, foi retirado da DGAL, do*

portal autárquico com dados fornecidos da aplicação informática SIIAL, de acordo com a informação reportada pelos municípios, à data de 16 de julho de 2015. Informam também nesse site que o limite apresentado é o global, podendo a dívida total a 31 de dezembro ser diferente do valor apurado. Uma vez que não foi apurado outro valor, significa que se manteve até 31 de dezembro? -----

4) *Relativamente ao resultado líquido do exercício e uma vez que se obtém um resultado negativo, podem esclarecer-nos sobre algumas variações significativas ocorridas nomeadamente em honorários (+ 61 mil euros), conservação e reparação (+ 478 mil euros) e trabalhos especializados (+682 mil euros), pois eletricidade e outros fuidos já foi explicado.*”

Quanto às alíneas 3 e 4, por serem questões de estratégia política, o Sr.º **Presidente da Câmara** usou da palavra para responder que, estando uma obra em plano, com financiamento comunitário, não se ter aberto, nem lançado concurso, essa obra não se executou, faz com que exista assim duplicação. -----

No uso da palavra, o Sr.º **Vereador Pedro Antunes** solicitou a identificação dos Estudos e Projetos apresentados na Execução Global das GOP's, assim como das Outras Entidades referidas no Relatório de Gestão. -----

O Sr.º **Presidente da Câmara** disse ser necessário desenvolver-se estudos e projetos. Continuou dizendo que o facto é que a maior parte dos projetos que estão a ser desenvolvidos, quer do Loteamento da Zona de Localização Empresarial, quer do Plano de Pormenor do Cró, quer de outros, estão identificados em Outros. -----

Quanto às Outras Entidades previstas no Relatório de Gestão, identificou entidades onde o Município do Sabugal participa, tais como, a Associação dos Municípios Portugueses, a Associação de Municípios da Cova da Beira, a CIM, Águas do Vale do Tejo, dizendo que todas elas enviavam os dados referentes ao seu endividamento. A Câmara Municipal de Sabugal, na medida da sua comparticipação nessas entidades, é corresponsável pela dívida dessas entidades. -----

Já com a presença do **Técnico Superior Alexandre Ribeiro**, este esclareceu todas as questões que lhe foram apresentadas. -----

Não havendo mais questões a colocar, o assunto foi posto à votação, tendo a Câmara **deliberado**, por unanimidade, **aprovar a Prestação de Contas relativa ao ano de 2015, bem como a Aplicação dos Resultados Líquidos**, devendo ser submetidos à Assembleia Municipal. -----

O Sr.º **Vereador António Vaz** ditou a seguinte **Declaração de Voto**: -----

*“Os documentos são basicamente documentos técnicos que dão o resultado final da execução do Orçamento, orçamento que foi proposto pelo executivo, foi aprovado e esteve em vigor durante o ano de 2015. A execução orçamental poderia ter sido melhor. Mas poder-se-ia melhorar em algumas questões. Gostava, pessoalmente, de ver mais investimento e mais execução no que se refere ao Turismo e à Cultura. Penso que deveria haver uma maior aposta nessas áreas que acho serem essenciais para o desenvolvimento do concelho. Sem deixar de realçar que são documentos técnicos, são documentos contabilísticos, o que estamos a aprovar é o resultado da execução orçamental. Fica ainda uma nota de realce aos trabalhadores que participaram nestes documentos, que são sempre documentos difíceis de elaborar, onde existe uma enorme pressão e os prazos para apresentar os documentos são curtos, daí deixar o meu apreço a todos.”* -----

Os Sr.ºs **Vereadores Felismina Rito e Pedro Antunes** apresentaram a seguinte **Declaração de Voto conjunta**: -----

*“Votamos a favor, porque a nível de execução orçamental verifica-se uma execução da receita de 88,72% e uma execução da despesa de 79,49%. Na prestação de contas avaliamos os números, não as opções e execuções que rondam os 80 e 90%, podem ser consideradas satisfatórias.* -----

*Relativamente ao resultado líquido negativo, tivemos em atenção todas as justificações técnicas dadas na reunião e respetivas opções contabilísticas no desempenho da entidade. ---  
Relativamente à análise da execução anual das grandes opções do plano, gostaríamos que as execuções na educação e desenvolvimento económico não fossem das mais baixas, pois são dois dos setores fulcrais da atividade municipal.”* -----

O Sr.º **Presidente da Câmara** também apresentou uma **Declaração de Voto** na qual refere: --

*“Nós nunca estamos satisfeitos e nunca devemos estar satisfeitos com aquilo que conseguimos. O objetivo é sempre, no contexto onde estamos, de libertar receita corrente para investimentos de capital e, por outro lado, o cuidado de priorizar precisamente esses*

Página 4 de 5

*investimentos de capital. Hoje os municípios têm uma multifuncionalidade enorme e é evidente que nós pretendemos ser capazes de priorizar aquilo que é mais importante numa lógica de desenvolvimento para o concelho. É evidente que tudo é importante, mas há coisas mais importantes que outras. Eu penso que o investimento na capitalização de investimentos, precisamente, privado e da diminuição da economia do concelho são o que temos de priorizar.” -----*

Face à obrigatoriedade, pelo Tribunal de Contas, da apresentação da “Declaração de Responsabilidade”, nos termos da Resolução n.º 44/2015 – 2.ª Secção, de 25/11, conforme alertou o Sr.º Vereador António Vaz, os Sr.ºs **Vereadores António Vaz, Felismina Rito e Pedro Antunes** declararam, no verso da mesma, o seguinte: -----

*“Na “Declaração de responsabilidade” a enviar para o Tribunal de Contas foi feita Declaração dos Vereadores subscritores (que assinam a declaração condicionada) ----- Sendo apenas vereadores sem pelouros atribuídos e sem participação na gestão diária, estando apenas presentes na reunião de câmara, não nos é possível material, pessoal e profissionalmente assumir qualquer tipo de responsabilidade. Não nos é possível acompanhar a norma de controlo interno, bem como o cumprimento de todas as exigências legais, incumbidas de cumprir. -----*

*Sabugal, 20 de Abril de 2016 -----*

*Os vereadores que declaram condicionados, -----*

*António José Vaz -----*

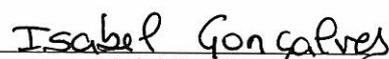
*Felismina Rito -----*

*Pedro Antunes” -----*

----- Paços do Concelho de Sabugal, ao quarto dia do mês de agosto do ano dois mil e dezasseis.

A Técnica Superior

em regime de mobilidade intercarreiras

  
-Isabel Gonçalves-